
A Espiral do Silêncio convertida em Espiral do Barulho na Esfera Pública da Internet¹

Maurício Ribeiro PAULINI²

Rodrigo RODEMBUSCH³

Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, RS

RESUMO

Este trabalho se propõe a apresentar os possíveis fatores que contribuem para o fenômeno da Espiral do Silêncio convertida em uma Espiral do Barulho na esfera pública da internet. A implementação do capitalismo e do parlamento como instrumentos de legitimação de uma atividade essencialmente burguesa e a posterior apropriação da imprensa à máquina pública, levaram à manipulação das massas pelos meios de comunicação. A internet, ao reunir jornal, rádio e televisão, torna-se o meio onde ocorre a continuidade da influência dos detentores do poder sobre o público, que ao participar dos debates públicos ali propostos, refletem o comportamento e cultura que lhe foram plantados por séculos de dominação do pensamento e ação.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação de massa; esfera pública; opinião pública; teorias da comunicação.

INTRODUÇÃO

O alcance e o refinamento da comunicação de massa, ao longo do tempo, conduziram à observação do comportamento humano através das Ciências Sociais e Exatas. O conceito estímulo-resposta, que na natureza é a base para qualquer interação, encontrou na imprensa um vasto campo para pesquisa e compreensão sobre seus efeitos em uma sociedade tão heterogênea quanto previsível. Necessidades físicas e psicológicas passaram, então, a serem produzidas no público com a finalidade de construir um controle sobre toda a vida social e manter o poder de poucas pessoas sobre todas as outras.

O desenvolvimento técnico dos meios de circulação de notícias possibilitou a homogeneização organizacional e o entrelaçamento econômico entre imprensa, governos e monopólios. Se antes o jornal servia como amplificador da discussão mediante razões

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Formando do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), e-mail: mauricio.paulini@ufrgs.br

³ Orientador do trabalho. Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos). Mestre em International Media Studies (Deutsche Welle/Hochschule Bonn-Rhein-Sieg – Alemanha). Professor da Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), e-mail: r.rodembusch@gmail.com

empreendida por pessoas privadas, agora esta atividade assume o papel de formadora da opinião pública no público. Assim como a opinião precisa ser articulada pelo censor na função de controle social, também precisa ser articulada pelo legislador em sua função de legislar, “não podendo se servir nem do poder nem da discussão pública, mas buscar abrigo na autoridade de uma influência indireta, que possa arrebatá-lo sem violência e persuadir sem convencer”. (HABERMAS, 2014, p. 255). O exercício do poder precisa do controle permanente da opinião pública, na função de tornar a dominação de uma questão de vontade à uma questão de razão, pois “é melhor governada aquela sociedade em que as leis correspondem aos costumes já enraizados, fazendo da esfera pública um princípio organizador da ordem política”. (HABERMAS, 2014, p.98).

As comunicações de massa são uma realidade feita de muitos aspectos diferentes, que envolvem regulamentações legislativas e operações financeiras, entre outras. Em seu trajeto lento e constante, a comunicação chegou no estágio virtual. Na Internet, o ambiente mais controlado já desenvolvido pelos detentores do poder e do capital, criaram-se condições favoráveis à total manipulação do pensamento e ação, ampliando os fatores que conduzem à manutenção das desigualdades sociais, base do modelo político-econômico atual. Ao alcance de cada vez mais pessoas e seus mais diversos níveis culturais, a popularização da Internet como principal meio de comunicação reconfigurou a forma de observar e direcionar o comportamento humano. Aquilo que a indústria cultural oferece de continuamente novo não é mais do que a representação, sob formas sempre diferentes, de algo que é sempre igual; “a mudança oculta um esqueleto, no qual muda tão pouco quanto o próprio conceito de lucro, desde que este adquiriu domínio sobre a cultura”. (ADORNO, 1967, p.8, apud WOLF, 2009, p.85). O tribunal moral saiu das ruas para os gabinetes, e destes para as redes sociais, que ao exercer uma exposição pública inalcançável e inflexível, produz uma sensação de impotência diante dos meios de comunicação, tamanha penetração que estes adquiriram no inconsciente coletivo.

É neste contexto que este trabalho está inserido, buscando abordar e compreender a multidisciplinaridade de questões envolvidas para alcançar os objetivos da comunicação de massa.

A ESFERA PÚBLICA DE HABERMAS

As relações entre Estado e sociedade se caracterizam por movimentos refinados ao longo do tempo para um melhor proveito das interações comerciais entre as nações. Compreender as articulações dos detentores do poder para o constante aperfeiçoamento de suas técnicas de dominação global, da prensa de Gutenberg na segunda metade do século XV até os meios de comunicação de massa do século XXI, exige uma desconstrução do que está posto, para entender como se deu a formação das sociedades modernas e seus padrões.

Ao se desenvolver em um momento pós-transição de sistema econômico, fim do Feudalismo/Mercantilismo e implementação do Capitalismo, a imprensa já nasceu a serviço da elite, em seu propósito de reafirmar a dominação perante o público e lucrar cada vez mais com suas ações comerciais. Investigando a Mudança Estrutural da Esfera Pública, Jürgen Habermas (2014) aborda a evolução de períodos históricos que contribuíram para o entendimento sobre as delimitações do campo social que impõem a figura dos detentores do poder em uma posição de autoridade e sapiência frente a seu público, resguardados por normas e condições definidas por eles próprios e plenamente assumidas por seus destinatários, bem como o tamanho da importância dos meios de comunicação de massa nesse processo.

A necessária compreensão sobre público e privado, que na Grécia Antiga influenciou o Império Romano e por consequência serviu de fundamento para a civilização ocidental moderna, é reconstruída por Habermas para apresentar os fatores que compuseram a Esfera Pública (*Öffentlichkeit*), cuja função seria organizar a sociedade politicamente a partir de demandas originadas em uma dita opinião pública, servindo de ligação entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, “a esfera pública continua a ser, como sempre, um princípio organizador da ordem política” (HABERMAS, 2014, p.98).

A esfera pública burguesa, preponderantemente decisiva para a consolidação do Capitalismo e suas consequências, segue o modelo grego de um uso público da razão por cidadãos considerados livres e iguais à margem do governo, mas que o influencia diretamente e ajuda a formatar sua estrutura baseada na representação do *status* atribuído às autoridades. Uma esfera pública que retifica normas sobre um público passivo e espectador, assume a mediação entre público e privado e possibilita o controle sobre

a sociedade. Tocqueville cita os poderes corporativos das sociedades pré-burguesas, aonde “as pessoas que, por meio do nascimento, da formação e da riqueza, sobre tudo da posse da terra e dos privilégios a ela ligados, distinguem-se e parecem destinadas a mandar” (2011, p.65, apud HABERMAS, 2014, p.317). A nobreza exercia sua influência nos palácios, o clérigo na igreja, e agora o burguês no parlamento, a *ágora* moderna.

A classe burguesa, como resultado dos privilégios a que teve acesso desde o nascimento, articula o pensamento mediante razões para formalizar a dominação através de leis, uma vez que já tem o controle sob o desenvolvimento dos meios de produção. Ao legislar, longos debates estimulam interesses particulares. “A *vontade geral* é antes um consenso de corações mais do que de argumentos. É melhor governada aquela sociedade em que as leis correspondem aos costumes já enraizados” (HABERMAS, 2014, p.255). Assim como a opinião precisa ser articulada pelo censor na função de controle social, a razão precisa ser articulada pelo legislador em sua função de legislar.

A urbanização das cidades ocorre como resultado da industrialização. Ao mesmo tempo que maquinários tiram o emprego do homem do campo, esse homem recorre à cidade na busca de oportunidades que a indústria proporciona. Formam-se assim grandes massas já dependentes do sistema econômico, distanciando esfera pública e privacidade. A política é convertida em movimentos ensaiados, exercendo sua dominação através dos jornais, com técnicas sofisticadas de *marketing* político sob uma população despolitizada e colonizada pelo poder econômico das grandes corporações, que já influíam neste meio.

A concentração de uma massa ociosa nos centros urbanos abre espaço para o mercado de bens culturais, que assume novas funções na forma ampliada do mercado do tempo livre. Monopólios comerciais utilizam das diversas formas que a publicidade pode assumir para impor o consumo de bens e serviços em sintonia com um padrão de pensamento e comportamento que sustenta o capital. Representações de ideais de vida e modeladoras de comportamento não fazem parte da realidade da maioria, mas passam a ser buscados como um critério estético, que é padronizado entre as mídias e atores da chamada Indústria Cultural. A padronização da cultura é produzida em série para o lucro, “ela não é algo dado, e sim construído, para alcançar o grande público” (HABERMAS, 2014, p.366). Seu consumo se adapta às necessidades de diversão e entretenimento de grupos de consumidores, educados com baixos padrões de formação, em vez de formar um público mais amplo à cultura intacta em sua substância.

Oposições à Esfera Pública habermasiana

A aplicação da Esfera Pública no contexto do século XXI necessitou de algumas revisões. Por mais que fatores da sociedade fossem existentes também no período investigado, eles não foram contemplados na obra original, o que oportunizou à Habermas (2003) reconsiderar algumas questões. A abordagem sobre o público que ficou apartado da Esfera Pública é uma delas. Sendo posse e cultura prerrogativas para o acesso à Esfera Pública, as pessoas que não estão inseridas nesses grupos de interesses organizados não possuem estes predicados, mas atuam indiretamente, produzindo opiniões e consentindo ou não com as ideias formadas pelos estamentos dominantes, através de suas experiências privadas cotidianas. Para Losekann,

[...] esfera pública e esfera privada não estão desconectadas; pelo contrário, cada uma tem ressonância na outra. A esfera pública capta e realça as temáticas existentes na esfera privada, problematizando-as e trazendo-as para o debate público. A esfera privada, por sua vez, incorpora os debates e agrega informações que influenciam na vida cotidiana e possibilitam refletir sobre a mesma (2009, p.43).

Ao afirmar que o conceito burguês de Esfera Pública não se enquadra no mundo contemporâneo, Nancy Fraser entende que outros públicos que não foram analisados, como mulheres, camponeses e operários, já naquela época constituíam públicos e contra-públicos, mas ainda assim não faziam parte das discussões privadas. A autora sugere que

[...] não somente sempre houve uma pluralidade de públicos rivais, mas as relações entre o público burguês e outros públicos sempre foram conflitantes. Virtualmente, desde o início, públicos contrários contestaram as normas excludentes do público burguês, elaborando estilos alternativos de comportamento político e normas alternativas de linguagem pública. O público burguês, por seu turno, escoriou essas alternativas e deliberadamente buscou bloquear uma participação mais ampla (1994, p.116, apud CAMPATO, 2002, p.204).

A esfera pública burguesa, descrita por Habermas, discute ‘o bem comum’ e descarta ‘interesses privados’ desse público excluído. Para Fraser, estes não possuiriam espaço na Esfera Pública, uma vez que os interesses e necessidades são anteriores à deliberação pública, e estariam ligados ao âmbito doméstico e à economia privada.

A existência e definição do ‘bem comum’ não podem ser presumidas. Não é possível saber antecipadamente se o resultado da deliberação será um bem comum, para o qual os conflitos de interesse eram apenas aparentes. Quando arranjos sociais operam para o privilégio sistêmico de alguns grupos contra outros, há razões para pensar que a postulação de um bem comum partilhado por exploradores e explorados pode ser uma mistificação (FRASER, 1990, p. 72-73, apud SILVA, 2017, p.69).

Com relação às críticas ao caráter patriarcal da esfera pública, Fraser enaltece a dupla distinção traçada por Habermas entre público e privado, que ocorre tanto no âmbito sistêmico, entre a economia e a administração estatal, como no mundo da vida, entre as esferas pública e privada. Fraser acrescenta que esses papéis são dotados de gênero e, o cidadão, por sua vez, é um partícipe do debate político e da formação da opinião pública, sendo assim alguém dotado da capacidade de falar e consentir nas interações discursivas da Esfera Pública, dialogando em igualdade de condições com os outros. “Mas, no capitalismo clássico de dominação masculina, essas capacidades estão ligadas à masculinidade. São capacidades negadas às mulheres de diversas maneiras e julgadas como estranhas à femininidade” (FRASER, 1987, p.115, apud SILVA, 2017, p.67).

A crítica de Fraser vai além dos mecanismos informais que constroem grupos subalternos a não adentrarem na esfera pública burguesa. As coações que impedem negros, mulheres e homossexuais, por exemplo, de participarem como iguais da deliberação em seu interior, também são apontadas como determinantes à essa exclusão. Para ela, a norma da suspensão das desigualdades de *status* não apenas é ineficaz como mascara a dominação, de forma a ser mais favorável aos grupos dominantes que aos dominados. Tal norma levaria a uma esfera pública inexistente, desprovida de cultura e de pluralidade, visando uma impossível neutralidade. Contudo, diferentes grupos desenvolvem estilos culturais variados, como linguagem, vestimenta, e hábitos, desigualmente valorizados pela sociedade. Ao discutir sobre a existência dos *subaltern counterpublics*, a autora ressalta o fato desses públicos não serem necessariamente democráticos e igualitários, mas serem fundamentais à expansão do espaço discursivo, pela pluralidade e representatividade que têm, sobretudo em sociedades estratificadas:

Não sugiro que as esferas públicas subalternas sejam sempre virtuosas. Algumas delas são explicitamente antidemocráticas e anti-igualitárias, e mesmo aquelas com intenções democráticas e igualitárias, eventualmente praticam seus próprios modos de exclusão informal e marginalização. Ainda assim, na medida em que são esferas públicas, eles ajudam a expandir o espaço discursivo. Em princípio, assumpções que foram

previamente excluídas da contestação terão de ser agora publicamente discutidas (Fraser 1992, p. 124, apud PERLATTO, 2015, p.133).

O modelo de Habermas, que compreende sociedade civil como conjunto de associações não governamentais, cujos discursos na esfera pública culminam na formação da opinião pública, Fraser entende que, na prática atual, essa teoria não se sustenta. A autonomia da opinião pública estaria ameaçada dentro do Estado, porque a possibilidade de discurso crítico estaria perdida. Como resultado dessa separação, a deliberação desses públicos não conduz diretamente à tomada de decisões: por isso eles são, para Fraser, *públicos fracos*. Por outro lado, o advento da soberania parlamentar significou a emergência de uma esfera pública dentro do sistema político. Desenvolvem-se, com isso, o que a autora denomina *públicos fortes*, portadores do discurso autorizado para o Estado.

A ideia de que esferas públicas promovam mudanças sociais, sem atingir Estado ou economia diretamente, é um ponto levantado por Young (2000). As pessoas podem experimentar maneiras de viver interagindo e produzindo bens e novas formas de expressão simbólica através da vida associativa, propagando ideias e práticas alternativas. “Alguns exemplos são o movimento feminista e o movimento ambientalista, ambos conquistando sucessos na alteração de comportamentos e pensamentos, posteriormente sendo incorporados pelo Estado” (YOUNG, 2000, p. 179, apud LOSEKANN, 2009, p.47). Para Losekann, “a necessidade de que o Estado seja sensível às alternativas desenvolvidas na esfera pública é fundamental, pois contribuem à autodeterminação e promovem os valores para o autodesenvolvimento” (2009, p.47).

Reconsiderações de Habermas à obra original

A partir das críticas levantadas, Habermas (2003) revisou suas ideias sobre Esfera Pública. Ele admite a desigualdade de posições dentro da atual esfera pública, e percebe que grupos de interesse podem usá-la para propagar suas estratégias de poder, e que certas pessoas têm acesso privilegiado às informações, aonde alguns atores têm um poder de organização e de recursos maior do que outros. Neste caso, aqueles que estão em situação de desvantagem terão que contar com protetores que disponibilizem os recursos necessários às suas demandas. Habermas defende que, no caso de ambos terem as mesmas ideias, não existe razão para achar que pode haver um comprometimento na neutralidade do pensamento em função da cooperação, e à medida que a Esfera Pública não pode ser

institucionalizada, regulamentada, nem ter seus limites pré-definidos, permite que possíveis exclusões possam ser corrigidas. O autor admite, ainda, que não é possível garantir que nenhum tipo de deturpação de uso de poder ocorra.

Outro aspecto revisado é com relação a ser preferível uma única esfera pública ao invés de múltiplas. Habermas não só reconhece outras esferas, também públicas, como admite que suas existências garantem um acesso mais amplo à esfera que ele acredita ser a pública, sugerindo a ideia de uma rede para articular o conceito. Assim, “a Esfera Pública seria justamente a totalidade desta rede formada por inúmeras instâncias de públicos transversais, sobrepostos e em vários níveis diferentes, mas sempre ligados por algum ponto” (2003, p.106, apud LOSEKANN, 2009, p.51). Assim como ‘público’ e ‘privado’ assumiram, ao longo do tempo, muitas significações e aplicações, a Esfera Pública parece precisar de ajustes, conforme a sociedade assume outras faces.

A HIPÓTESE DA ESPIRAL DO SILÊNCIO

Conceituar público e opinião se mostrou muito complicado ao longo do tempo. Em Habermas (2014), o uso de ‘público’ e de ‘o público’ mostra uma multiplicidade de sentidos distintos. No seu sentido legal, público se refere à abertura, aquilo que é de todos, como distinção da esfera privada, que é particular. Um segundo significado está dentro do conceito de direito público e poder público. Neste caso, público denota uma competência do Estado, relacionado com interesse público. O Estado se origina no uso legal da força, sendo essa prerrogativa só sua. “É uma opção mais barata em comparação com outras formas de dominação. Isso indica que algum tipo de adesão à opinião pública pode criar condições que impulsionam os indivíduos a atuarem até mesmo contra sua própria vontade” (NOELLE-NEUMANN, 2017, p.96). Noelle-Neumann acrescenta uma terceira face do que entende conduzir à opinião pública:

Um outro sentido seria psicossocial. O indivíduo não vive ou atua apenas no espaço interior do qual pensa ou sente. Sua vida se expande, não somente em torno de outras pessoas, mas também para além da coletividade, às exigências da sociedade. Afinal, que força é essa que expõe continuamente o indivíduo e o obriga a atender as exigências da dimensão social da sua vida? É o medo do isolamento, da má fama. Isso é o que faz a pessoa prestar atenção ao seu entorno e se torne consciente do ‘olhar público’ (NOELLE-NEUMANN, 2017, p.97).

O ser humano tem necessidades sociais e psíquicas básicas que podem ser atendidas ou reprimidas pela sociedade. No caso da repressão, o indivíduo se torna antissocial e apático, distanciando-se do convívio. “O reforço psicológico da sociedade, do apoio e do pertencimento, atuam na compensação do isolamento natural do indivíduo perante a realidade” (FROMM, 1980, p.26, apud NOELLE-NEUMANN, 2017, p.71). O ‘homem-massa’ reflete o abandono do esforço de sermos conscientes de nossa natureza social.

Na Lei da Opinião, John Locke associa opinião à reputação e moda, ressaltando sua natureza fugaz e superficial, como algo ligado a um lugar e momento específicos, mas também assinala o quanto pode ser coercitiva quando é homogênea. Para ele, aquilo que chamamos ‘nossa opinião’ não é nossa; é um simples reflexo da opinião dos demais, na forma de um consenso tácito e secreto:

O tribunal da opinião pública obriga os homens a se moldarem por medo do isolamento, pois ninguém que tenha entendimento do sentido humano pode viver em sociedade com a contínua aversão e má opinião dos que os rodeiam. É um peso demasiado grande para poder carregar (LOCKE, 1894, p.476, apud NOELLE-NEUMANN, 2017, p.108).

David Hume recorre às ideias de Locke e as converte em teoria de Estado. O poder da concentração de opiniões semelhantes, mantidas por indivíduos, produz um consenso que constitui a base real de qualquer governo:

Não há nada mais surpreendente aos que observam assuntos humanos com visão filosófica, do que a facilidade com que poucos governam a muitos. Ao perguntarmos como esse milagre é possível, descobrimos que os governantes não possuem nada que os sustentem, exceto a opinião” (HUME, 1963, p.29, apud NOELLE-NEUMANN, 2017, p.113).

Em sua relação com a opinião pública, a Espiral do Silêncio funciona como a ameaça produzida por um tribunal público, aonde o temor individual em se ver solitário produz um silêncio que tanto influencia na construção do consenso. Assim, opinião pública é um “conjunto de opiniões sobre assuntos de interesse nacional, expressas livre e publicamente por quem não pertence ao governo e acredita no direito de que elas determinem ações e estruturas do governo” (NOELLE-NEUMANN, 2017, p.136).

Edward Ross percebe que a opinião pública está atrelada a controle social, e que estaria presente na sociedade de diversas formas. Na sua forma visível se enquadram a religião, a lei, as festas nacionais ou a educação das crianças, mas também atua sob a

forma de opinião pública que, mesmo não institucionalizada, tem seu sistema de penalidades. “Tal controle se dá através da opinião pública, mais flexível e barata em comparação à lei ou às armas. É mais eficiente que juízes e tribunais, pois alcança grandes distâncias e custa muito menos” (ROSS, 1969, p.95, apud NOELLE-NEUMANN, 2017, p.136). A influência sobre o indivíduo chamamos de controle social, a influência sobre governo se denomina opinião pública.

Clima de opinião representa, mais que opinião pública, uma distribuição de frequências, uma força relativa de tendências contraditórias. Depende de quem fala e de quem cala, e a inibição faz com que a suposta opinião majoritária pareça ainda mais forte do que realmente é, enquanto a outra acaba por parecer mais fraca.

A ESPIRAL DO SILÊNCIO CONVERTIDA EM ESPIRAL DO BARULHO NA ESFERA PÚBLICA DA INTERNET

Os possíveis fatores que levaram a comunicação de massa ao atual estágio de dominação do senso comum, se (con)fundem com a implementação do capitalismo e o desenvolvimento da própria imprensa e seu poder de publicitar. A falta de conhecimento sobre como se consolidaram os dois sistemas leva o grande público a não questionar o que é veiculado pelos meios de comunicação, atribuindo ao jornal, rádio, televisão e agora internet, uma aura de verdade plena e indesmentível.

O alcance da internet, a cada vez mais pessoas, tornou esta ferramenta um importante dispositivo à comunicação de massa. A sua popularização em larga escala refinou a maneira de manipular a opinião pública; antes exercida diretamente pela classe dominante, agora é terceirizada pelos tais junto ao próprio público, que (in)conscientemente reproduz o comportamento a que é exposto e o adota como seu. Um novo modelo comunicacional está posto: se antes só quem era proprietário do veículo de comunicação tinha o poder de expor, compartilhar e replicar suas opiniões, agora esta possibilidade foi ampliada a todo e qualquer cidadão.

Desde o momento em que são sustentados pelas grandes empresas inseridas no atual sistema econômico e social, os meios de comunicação de massa contribuem para a manutenção desse sistema [...] o impulso para o conformismo, exercido pelos meios de comunicação de massa, deriva não só de tudo o que neles é dito mas, mais ainda, de tudo o que não dizem. De fato, não só continuam a apoiar o *status quo*, como também e na mesma medida, deixam de levantar questões essenciais quanto à estrutura social [...] os meios de comunicação comercializados

ignoram os objetivos sociais quando esses se chocam com o lucro econômico (LAZARFELD, 1948, p.85, apud WOLF, 2009, 68-69).

As teorias da comunicação versam, entre outras questões, sobre a influência da mídia de massa no pensamento do público, e são tratadas como ciência exata por algumas correntes. Tão exata que é capaz de extrair do mundo exatamente o comportamento que lhe é esperado, como padrões de comportamento, consumo e, principalmente, pensamento. A virtualização da vida moderna conduziu à criação de novos sentidos de caráter massivo. A internet é, antes de qualquer outra coisa, a avalista popular do atual sistema econômico. Agora, é possível embaralhar uma série de assuntos que distraem, entretêm e informam na medida certa, manipulando essas mentes desavisadas que formam o senso comum.

A exposição a grandes quantidades de informação, vindas de todos os lados, é o seu principal produto, que alcança como efeito a confusão no público e facilita a influência em questões bem específicas, como à continuidade do sistema político e econômico. Para Wolf (2009), a persuasão dos destinatários é um objetivo possível, sob a condição de que a forma e a organização da mensagem sejam adequadas a fatores pessoais que o destinatário ativa na interpretação da própria mensagem. A produção de conteúdo com apelo às emoções ou crenças pessoais têm mais importância que os fatos objetivos, e esta condição é determinante na modelagem da opinião pública.

Os meios de comunicação na formação da opinião pública

A permanência de contatos e as comunicações de longa distância ganham agora um novo formato. A internet do século XXI, ao agregar todos os meios de comunicação, torna-se o ambiente social mais controlado já desenvolvido, tendo seus bancos de dados alimentados em tempo real por informações que o próprio usuário fornece, a quem quer que tenha acesso, contribuindo para a formação de um perfil virtual infalível de seus pensamentos, atos e reações.

Quando na década de 1970, período pré-Internet, Noelle-Neumann apresentou seus estudos acerca da Espiral do Silêncio, a autora abordou a omissão de opinião do indivíduo por medo da crítica feita por uma pretensa maioria que pensa diferente. Assim, indiretamente, ele consente com a opinião e comportamento alheio pois, psicologicamente, não pode ficar isolado do grupo. Os fenômenos, observados a partir de

sucessivos testes e uma diversidade de métodos, identificou de forma objetiva que a psicologia humana obedece a certos preceitos para a formação de opinião, fatores que levam uma pessoa a se manifestar publicamente ou se calar. O principal deles, cristalizado nas pesquisas, foi o nível de medo do isolamento social. Se uma opinião é vista como maior, seus remetentes terão mais coragem em se manifestar. Por outro lado, os contrários terão uma tendência a se calar, e o resultado é um clima de opinião determinado pelo senso de que uma ou outra opinião é dominante.

O ambiente social é um importante fator para determinar o que é dito ou não. A geração de um ambiente confortável à circulação de determinadas ideias pode representar também uma prisão ou um entorno igualmente hostil a ideias diferentes, o que impediria a entrada de ideias novas de outras pessoas. “O reforço psicológico da sociedade, do apoio e do pertencimento, atuam na compensação do isolamento natural do indivíduo perante a realidade” (FROMM, 1980, p.26, apud NOELLE-NEUMANN, 2017, p.71). O homem-massa reflete o abandono do esforço de sermos conscientes de nossa natureza social, favorecendo uma estagnação de indiferença e, por fim, o isolamento voluntário.

O poder da mídia está menos na difusão de fatos do que na interpretação deles. Explicar o que está acontecendo é, para os intelectuais por trás da mídia, muito mais importante do que apenas apresentar. Algoritmos tornaram mais facilitada a procura por conteúdo de mesma opinião, o que reduziu a sensação de isolamento e, com isso, o seu medo natural do ostracismo. Na rede social, o *feed* de cada pessoa constitui o clima de opinião a que ela teve acesso e serve, portanto, de critério de análise do que se pode ou não dizer, sempre por meio do cálculo do risco de isolamento, mensuradas com certa eficiência por curtidas, compartilhamentos ou comentários.

Na Espiral do Silêncio agora ecoam as vozes que compõem a massa retroalimentada, convertida em Espiral do Barulho na Esfera Pública da Internet, onde receptores antes silenciosos se convertem em potenciais imitadores da opinião pública embustada.

A Internet como canal direto entre emissor e receptor

Quando Habermas identificou que o poder de formular legislação própria abriu caminho para que a elite de sempre se apropriasse do novo modelo comunicacional e tirasse proveito com seu desenvolvimento, se referia ao poder de capital da burguesia

sobre os meios de comunicação desde o século XV. Os círculos financeiros desde lá passaram a triunfar e progredir gradativamente, atuando para o controle de toda a vida nacional. O modelo não só se aplica como se replica no século XXI, onde quem domina a linguagem tecnológica e tem acesso aos meios de comunicação assume o poder de contribuir decisivamente na conduta social e comercial do indivíduo.

O desenvolvimento técnico dos meios de circulação de notícias possibilitou a homogeneização organizacional e o entrelaçamento econômico entre imprensa, agências organizadas e monopólios. Se antes a imprensa servia como mediador e amplificador da discussão mediante razões empreendida por um público, agora, ao contrário, o público passa a ser formado, sobretudo, pelos meios de comunicação de massa (HABERMAS, 2014, p.408).

Os algoritmos, que na Matemática são uma sequência finita de ações a obter uma solução para um determinado problema, na Ciência da Computação assume igual função. Uma vez que se conheça hábitos de leituras e escrita, círculo de amigos e perfil de consumo, torna-se uma questão lógica direcionar conteúdos que visam reafirmar um pensamento ou mudá-lo aos poucos, conforme o interesse. A isto remonta-se à Teoria da Informação, que trata o envio e a recepção da mensagem como um conceito matemático, à Teoria da Persuasão, que em aspectos psicológicos leva o indivíduo a assumir um comportamento que não necessariamente era seu, e à Teoria Hipodérmica, uma vez que ele já foi persuadido a médio e longo prazo pela mensagem, a aceita como uma bala mágica que o atinge e é absorvida em sua essência.

Se as pessoas tendem a se expor sobretudo às comunicações de massa que estão de acordo com as suas próprias atitudes e interesses, deve-se evitar outros conteúdos; se ainda por cima tendem a esquecer esses outros conteúdos, a comunicação de massa vai reforçar essas opiniões pré-existentes (WOLF, 2009, p.39).

Ao ampliar o poder de manipulação dos detentores do capital, reafirma-se aqui os conceitos levantados pelos pesquisadores da Escola de Frankfurt, que ao abordar os Estudos Culturais dos meios de comunicação de massa, identificam sua influência nos usos e costumes dessa grande rede (de pesca). Em paralelo, desenvolve-se o que Lasswell chamou de “disfunção narcotizante” das comunicações de massa, que considera a livre circulação dos *mass media* uma ameaça à estrutura fundamental da própria sociedade.

A Espiral de Barulho na Esfera Pública da Internet se apresenta na medida em que a opinião pública, na base da imposição e persuasão, vai delineando uma suposta

maioria frente ao indivíduo, que para não se sentir isolado assume tal discurso como seu e o replica entre os seus pares e com quem interage na internet, atuando como amplificador das informações que lhe chegam através de vários ambientes virtuais. Influenciadores digitais remetem à figura do ‘núcleo duro’, referida por Lazarsfeld. É um ambiente formado por indivíduos menos sensíveis ao clima de opinião e mais propensos a emitir juízos, e por isso menos influenciáveis e mais influenciadores. O cultivo da vontade em pertencer ao grupo vencedor funciona também como um dispositivo de controle social, aonde a sociedade ameaça os indivíduos com o isolamento; esse medo faz com que o clima de opinião seja constantemente avaliado, e os resultados dessa avaliação influem no comportamento em público e no ocultamento de opiniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre os diversos níveis da mensagem não são simples de entender, assim como também não são casuais ou sem de finalidade. As pessoas podem não só serem privadas da verdadeira compreensão da realidade, como também sua capacidade de entender a experiência de vida pode ser fundamentalmente enfraquecida com o uso constante de óculos fumados, conforme apontou Adorno.

O avanço da tecnologia trouxe para o mundo contemporâneo o estreitamento das relações e a instantaneidade das informações. O número global de pessoas que acessa a internet passa de 4 bilhões, e corresponde a 53% da população mundial. Por algoritmo, toda e qualquer atividade produzida na rede é mapeada, gerando dados que compõem o perfil de cada usuário, direcionando-o assim para conteúdos diversos, inclusive de forma ‘involuntária’. Este poderoso meio de comunicação de massa, tanto ao agregar todas as mídias quanto ao aplicar os resultados de diversas pesquisas multidisciplinares, influencia o indivíduo direta e decisivamente, no curto, médio e longo prazos, a adotar e reproduzir o comportamento a que é submetido. A esfera pública da internet converte a Espiral do Silêncio em uma Espiral do Barulho em um ambiente onde todos querem expressar e ninguém quer ouvir, reificando uma psicológica e digital maioria que segrega, oprime e toma as rédeas rumo ao baixo nivelamento do público.

Os conflitos sociais, das mais variadas ordens, são possibilitados na democracia pelas instituições e pelas normas legais, assim como pelos pactos entre as classes sociais. A mídia, entendida como o complexo de meios de comunicação que envolve mensagem

e recepção, representa uma forma de poder que, nas sociedades de massa, possui papel extremamente significativo, como influir na formação das agendas públicas, intermediar relações sociais entre grupos distintos, influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos e atuar como aparelho ideológico capaz de organizar interesses. Esses papéis são ocultados sob o lema do dever da informação, que seria neutra, independente, apartidária e sem ideologia. Assim, ao participar da esfera pública como prestadora de serviços, isto é, como entidade de comunicação social, a mídia teria uma função imprescindível nas democracias: fiscalizar o Estado. Daí ressurge a importância do fazer Jornalismo. Apurar, contextualizar e informar acabam por se tornar atos de resistência, frente ao lento e gradual modo programado de entreter, que pode conduzir ao comportamento de manada e leva o rebanho às urnas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPATO, Roger Fernandes. **A gênese teórica da concepção habermasiana de esfera pública.** 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4891/DissRFC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** São Paulo: Editora Unesp, 2014. 568 p.

LOSEKANN, Cristiana. **A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro.** 2009. Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/04/02.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2019.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A Espiral do Silêncio: opinião pública, nosso tecido social.** Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017. 344 p.

PERLATTO, Fernando. **Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira.** 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n53/0104-4478-rsocp-23-53-0121.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2019.

SILVA, Enrico Patenrosto Bueno da. **Para uma teoria crítica da democracia: o conceito de esfera pública em Habermas e Fraser.** 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/6680/4315>>. Acesso em: 28 maio 2019.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** 10. ed. Lisboa: Presença, 2009. 271 p.